



O IAC HÁ 21 ANOS

O IAC fez 21 anos, idade em que os seus fundadores atingiam a maioridade e deixavam de necessitar de autorização dos pais para casar, viajar ou assumir publicamente alguma responsabilidade, sendo-lhes vedadas muitas das liberdades hoje reconhecidas tal como o direito de votar.

Estávamos noutra época, noutro século, mas sobretudo num regime político em que muitas coisas eram impensáveis - como criar uma instituição privada que tivesse por base a defesa de ideais, proclamados e aceites por muitos outros países do Mundo.

Não se falava nem comemoravam os Anos ou os Dias Internacionais do Estudante, da Música, da Árvore ou da Criança... nada que parecesse apelar para uma sintonia de carácter universal. Esses dias eram ignorados e comemorá-los de forma pública era absolutamente proibido.

As associações que conseguiam ser aceites, sem constrangimento nem sobressalto, tinham que afirmar o seu carácter nacionalista, a começar pelo próprio nome, e por isso se intitulavam... "Sociedade Portuguesa de..." ou "Associação dos... de Portugal".

Pensar-se em função dos outros ou sentir em nós o reflexo dos seus problemas era actividade delirante, utópica e sem condições de aceitação ou sobrevivência.

Os Cursos de Ciências Humanas e Sociais eram inexistentes nas Universidades Portuguesas, e as obras ou revistas estrangeiras que a eles se referissem eram identificados como ameaça subversiva.

Em relação à criança pensavam-se dois tipos de apoio, ou de carácter escolar, que competia aos professores e às instituições de ensino, ou de carácter assistencial, na grande maioria a cargo de associações religiosas ou outras movidas pelo interesse filantrópico do fundador, mas cujo modelo de intervenção não contrariasse ostensivamente as orientações do Estado.

Era como se o problema de cada cri-



RECORTES DA IMPRENSA DA ALTURA DO NASCIMENTO DO IAC

ança tivesse um enquadramento único e pudesse ser visto em função de um aspecto específico, ou médico, ou educativo ou social.

Não havia o hábito, para avaliação ou reflexão sobre esses problemas, de juntar os pais, o pediatra, o psicólogo, a

assistente social, o professor ou a educadora.

Como que era ignorada a perspec-





NOS DEZ ANOS DO IAC, FOI INAUGURADA A SUA SEDE

tiva global sobre as questões da infância, como se a criança que a educadora tem na aula não devesse ser considerada em função das suas condições físicas, mentais e sócio-afectivas; como se cada adulto dentro da sua especialidade não necessitasse de ouvir a opinião dos outros saberes, não precisasse de conhecer o que se passava entre a criança e os outros parceiros, ou como se a solução não dependesse um pouco de todos.

Muitas das instituições de solidariedade, movidas por uma louvável intenção, promoviam programas de apoio às crianças mais necessitadas, pedindo aquilo que sobrava aos que tinham de mais, para dar àqueles que de tudo precisavam ... E neste tudo, embora de crianças se tratasse, não se incluíam, a não ser no Natal, os brinquedos, não se consideravam prioritárias às actividades de expressão artística, nem os espaços e tempos lúdicos.

Essas "louváveis" e "ingénuas" iniciativas não abordavam o fundo das questões, e não só assinalavam profundamente as diferenças, evidenciavam os fracassos, agravavam a distância entre grupos, como de-sencadeavam sentimentos de subversão nuns de superioridade noutros.

No dia-a-dia as crianças estavam essencialmente dependentes da acção do professor, o profissional que parecia

ter mais conhecimentos sobre a criança, e a ele se recorria para as questões de ensino, como para a ocupação dos "tempos livres", cuja organização, se identificava com a de "prolongamentos escolar", a decorrer no mesmo espaço, com as mesmas pessoas, com a mesma distribuição de participantes, actividades e horários.

O mais importante é o facto de não se verificar uma "mudança de atitude na relação adulto-criança", nenhuma inovação nas propostas, nenhuma abertura na relação com novos companheiros, nenhum apelo ao desenvolvimento das capacidades críticas e criativas, nenhuma aproximação com práticas pedagógicas adequadas aos sentimentos de autonomia, à valorização pessoal e à participação activa na vida cultural.

Após o 25 de Abril de 1974, verificaram-se grandes transformações e o caminho para a realização da "utopia" parecia mais fácil de percorrer.

Portugal começava a respeitar os temas mundialmente propostos para cada ano e grupos de pessoas e de instituições motivavam-se para aferir os seus programas pelos das organizações internacionais (a Fome, a Água, a Deficiência, etc., foram temas dos anos 70-80).

Na esperança de contribuir para a

definição de uma política global pensada em função dos problemas de solução prioritária, constituíram-se equipas pluridisciplinares para fazer levantamentos, inquéritos e pesquisas para avaliar a situação da Criança Portuguesa.

Recordo como durante o ano de 1979 foi importante participar em encontros, conferências, projectos, conhecer testemunhos divulgados em todo o Mundo, no Ano Internacional da Criança.

Muitos dos participantes nessas comissões criadas para avaliar a situação da Criança Portuguesa não só apresentaram os resultados do seu trabalho como continuaram a juntar-se numa tentativa de contribuir para melhorar as condições em relação às estruturas existentes, e em relação a outras que parecia urgente criar.

Por isso, ouvir a opinião de pessoas de diferentes áreas profissionais e de diferentes opções políticas, sobre os problemas da Criança portuguesa era fundamental para a definição de uma política global que acima de tudo proclamasse a "Defesa dos Direitos da Criança" e lutasse pela sua implementação no nosso país, sobretudo dos que já eram reconhecidos em muitos outros países.

Por outro lado, era urgente dar resposta às pessoas e às instituições que



ENCONTRO NA BIBLIOTECA NACIONAL, COMEMORATIVO DOS 15 ANOS DO IAC

estavam receptivas à mudança, que compreendiam que não era possível educar para uma sociedade democrática seguindo figurinos totalitários, modelos de autoritarismo, ou promovendo iniciativas inspiradas em pressupostos elitistas e segregacionistas.

Era preciso mostrar como era viver em comunidade, como as portas das instituições privadas deviam abrir-se, em segurança, era necessário criar espaços de reflexão e convívio entre várias gerações, favorecer o encontro entre pais e filhos, professores e alunos, profissionais e amadores de todos os domínios do saber e do viver.

Era necessário utilizar linguagens facilitadoras da comunicação, que diminuíssem a divergência dos códigos, dos estratos, das etnias, e fossem como o Jogo, a Carta, a Cultura e a Ciência elementos de União e Identidade entre os Homens.

Ouvindo pessoas, estudando propostas, procurando experiências, aprendendo com outros parceiros, a ideia do IAC foi ganhando força e forma e encontrando os seus obreiros, até surgir como entidade oficial em Março de 1983.

Em 31 de Maio de 1984, foi possível organizar Encontro subordinado ao tema

“A Criança em Portugal que Direitos”.

Esse Encontro, um marco na História da Infância Portuguesa, reuniu pessoas e instituições de todo o país, ousou alertar para as situações mais graves, quebrou os silêncios, apelou para o aparecimento de novas dinâmicas, apontou o caminho de práticas libertadoras e criativas.

A partir daí não era possível ficar indiferente ou ignorar, era urgente agir, o olhar sobre a Criança passou a ser outro, mais vasto, mais abrangente, mais exigente e cada adulto passou a sentir-se mais responsável, como profissional, como pai ou como cidadão.

Os que lutaram pela sua criação poderão pertencer ao grupo daqueles que Paulo Freire refere como os que souberam “assumir o momento histórico da mudança”. Os que ao longo de 21 anos têm contribuído para a sua afirmação a nível nacional e internacional, estão incluídos neste grupo.

A todos um sincero agradecimento.

NATÁLIA PAIS

